



Prova escrita objetiva e discursiva – Nível Superior

# Analista Judiciário - Área de Apoio Judiciário e Administrativo

## TIPO 4 – AZUL

### Informações Gerais

- Você receberá do fiscal de sala:
  - uma folha de respostas destinada à marcação das respostas das questões objetivas e a folha de texto definitivo da redação;
  - esse caderno de prova contendo **50** questões objetivas, cada qual com **5 (cinco)** alternativas de respostas (A, B, C, D e E) e o tema da redação;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala para que sejam tomadas as devidas providências.
- As questões objetivas são identificadas pelo número situado acima do seu enunciado.
- Ao receber a folha de respostas da prova objetiva você deve:
  - conferir seus dados pessoais, em especial seu nome, número de inscrição e o número do documento de identidade;
  - ler atentamente as instruções para o preenchimento da folha de respostas;
  - marcar na folha de respostas da prova objetiva o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno que você recebeu;
  - assinar seu nome, apenas nos espaços reservados, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- Durante a aplicação da prova não será permitido:
  - qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
  - levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
  - portar aparelhos eletrônicos, tais como *bipe*, telefone celular, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica digital, controle de alarme de carro etc., bem como relógio de qualquer modelo, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc. e, ainda, lápis, lapiseira (grafite), corretor líquido e/ou borracha. Tal infração poderá acarretar a eliminação sumária do candidato.
- O preenchimento das respostas da prova objetiva, de inteira responsabilidade do candidato, deverá ser feito com caneta esferográfica de tinta indelével de cor preta ou azul. **Não será permitida a troca da folha de respostas por erro do candidato.**
- O tempo disponível para a realização da prova é de **4 (quatro)** horas, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e de elaboração do texto definitivo da redação.
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não seja o próprio caderno de provas.
- Somente após decorrida **uma hora** do início da prova você poderá retirar-se da sala de prova sem, contudo, levar o caderno de provas.
- Somente no decorrer dos últimos **sessenta minutos** do período da prova, você poderá retirar-se da sala levando o caderno de provas.
- Ao terminar a prova, entregue a folha de respostas ao fiscal da sala, a folha de texto definitivo da redação e deixe o local de prova. Caso você se negue a entregar, será eliminado do concurso.
- A FGV realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na folha de respostas.
- Os candidatos poderão ser submetidos a sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas. Ao sair da sala, ao término da prova, o candidato não poderá usar o sanitário.
- Os gabaritos preliminares das provas objetivas serão divulgados no dia **20/10/2014**, no endereço eletrônico [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14).
- O prazo para interposição de recursos contra os gabaritos preliminares será de 0h do dia **21/10/2014** até as 23h59 do dia **22/10/2014**, observado o horário oficial, no endereço [www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14](http://www.fgv.br/fgvprojetos/concursos/tjgo14), por meio do Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso.

## Língua Portuguesa

Texto 1 – Advogado do diabo

Márcio Cotrim

A expressão vem da Igreja Católica. Sempre que é iniciado um processo de canonização – ou seja, de avaliar a santificação de uma pessoa –, a Igreja nomeia oficialmente alguém que procura descobrir-lhe os defeitos. Em latim, esse cidadão é o **Advocatus Diaboli**, *Advogado do Diabo* e terá como oponente aquele que é a favor da canonização, o chamado **Advocatus Dei**, *Advogado de Deus*.

Instalado o processo – que passa por várias etapas e pode levar anos, até séculos para ser concluído –, trava-se discussão minuciosa e circunstanciada. De um lado, a busca da prova indiscutível dos milagres do candidato à santidade. Do outro, aquele que traz a público as informações de que ele não era tão santinho como parecia...

### 1

A finalidade principal do texto 1 é:

- (A) demonstrar a seriedade da Igreja Católica no processo de canonização;
- (B) informar o leitor sobre a operacionalização jurídica do processo de canonização;
- (C) indicar metalinguisticamente a origem da expressão *advogado do diabo*;
- (D) justificar a utilização do vocábulo “diabo” em tema que envolve pessoas santificadas pela Igreja;
- (E) convencer o leitor de que os santos canonizados são pessoas realmente dignas de devoção.

### 2

A oração “Instalado o processo” extraída do texto 1 é classificada como oração reduzida de participio; sua forma desenvolvida adequada ao contexto é:

- (A) Depois de ser instalado o processo.
- (B) Após a instalação do processo.
- (C) Logo após ter sido instalado o processo.
- (D) Depois que é instalado o processo.
- (E) Assim que o processo foi instalado.

### 3

Infere-se da leitura do texto 1 que:

- (A) toda pessoa canonizada deve ter comprovadamente realizado milagres em sua vida terrena;
- (B) todo *advogado do diabo* trabalha em área de interesse contrária à da Igreja Católica;
- (C) todo candidato a santo deve apresentar documentos que comprovem sua possibilidade de canonização;
- (D) toda pessoa canonizada supera um processo penal, que lhe é simuladamente imposto;
- (E) todo *advogado de deus* opera para que as qualidades da pessoa a ser canonizada apareçam e que seus defeitos sejam omitidos.

### 4

O segmento do primeiro parágrafo do texto 1 – *ou seja, de avaliar a santificação de uma pessoa* – realiza a seguinte função textual:

- (A) corrigir uma informação confusa;
- (B) justificar a causa de algo antes mencionado;
- (C) informar algo a mais sobre o processo de canonização;
- (D) concluir um raciocínio anterior;
- (E) explicar um vocábulo considerado obscuro.

### 5

O termo do segundo parágrafo do texto 1 que exerce a função de adjunto e não de complemento ou sujeito é:

- (A) as informações;
- (B) tão santinho;
- (C) a público;
- (D) discussão minuciosa;
- (E) à santidade.

Texto 2 – Apologia de Sócrates

“O que vós, cidadãos atenienses, haveis sentido com o manejo dos meus acusadores, não sei; o certo é que eu, devido a eles, quase me esquecia de mim mesmo, tão persuasivos foram. Contudo, não disseram nada de verdadeiro. Mas, entre as muitas mentiras que divulgaram, uma, acima de todas, eu admiro: aquela pela qual disseram que deveis ter cuidado para não serdes enganados por mim, como homem hábil no falar.

Mas, então, não se envergonham disto, de que logo seriam desmentidos com fatos, quando eu me apresentasse diante de vós, de nenhum modo hábil orador? Essa me parece a sua maior imprudência se, todavia, denominam “hábil no falar” aquele que diz a verdade. Porque, se dizem exatamente isso, poderei confessar que sou orador, não porém à sua maneira.

Assim, pois, como acabei de dizer, pouco ou absolutamente nada disseram da verdade; mas, ao contrário, eu vo-la direi em toda a sua claridade. Contudo, por Zeus, não ouvireis, por certo, cidadãos atenienses, discursos enfeitados de locuções e de palavras, ou adornados como os deles, mas coisas ditas simplesmente com as palavras que me vierem à boca, pois estou certo de que é justo o que eu digo, e nenhum de vós espera outra coisa”.

### 6

O texto 2 mostra o início da defesa de Sócrates diante de seus acusadores no julgamento em que seria condenado à morte.

Em suas palavras, o filósofo grego fala que “quase me esquecia de mim mesmo, tão persuasivos foram”. Isso significa que os acusadores de Sócrates:

- (A) construíram uma imagem de Sócrates bem distante da realidade;
- (B) fizeram sua acusação a partir de fatos de que o próprio Sócrates havia esquecido;
- (C) planejaram sua acusação fundamentada em fatos distantes no tempo;
- (D) modelaram a acusação de modo bastante persuasivo, a ponto de convencer o próprio filósofo de sua culpa;
- (E) organizaram suas acusações de forma a convencer os juizes de que Sócrates mentia.

**7**

“Essa me parece a sua maior imprudência se, todavia, denominam “hábil no falar” aquele que diz a verdade”.

Nesse fragmento do texto 2 opõem-se:

- (A) Filosofia X Oratória.
- (B) Oratória X Retórica.
- (C) Retórica X Ciência.
- (D) Ciência X Política.
- (E) Política X Filosofia.

**8**

Segundo o texto 2, Sócrates considera o espaço do tribunal onde se realiza seu julgamento, um espaço:

- (A) do embelezamento do discurso;
- (B) da clareza das informações;
- (C) da verdade dos fatos;
- (D) da busca de soluções;
- (E) do convencimento do próximo.

**9**

“Assim, pois, como acabei de dizer, pouco ou absolutamente nada disseram da verdade; mas, ao contrário, eu vo-la direi em toda a sua claridade”.

Sobre os conectores desse segmento do texto 2, a afirmação correta é:

- (A) “pois” indica explicação;
- (B) “como” indica conformidade;
- (C) “ou” indica retificação;
- (D) “mas” indica comparação;
- (E) “em” indica lugar.

**10**

“Contudo, por Zeus, não ouvireis, por certo, cidadãos atenienses, discursos enfeitados de locuções e de palavras, ou adornados como os deles, mas coisas ditas simplesmente com as palavras que me vierem à boca, pois estou certo de que é justo o que eu digo, e nenhum de vós espera outra coisa”.

No texto 2, em termos linguísticos, Sócrates pretende construir um discurso que se caracterize por:

- (A) espontaneidade e clareza;
- (B) clareza e variedade;
- (C) variedade e eficiência;
- (D) eficiência e beleza;
- (E) beleza e espontaneidade.

**11**

“Contudo, por Zeus, não ouvireis, por certo, cidadãos atenienses, discursos enfeitados de locuções e de palavras, ou adornados como os deles, mas coisas ditas simplesmente com as palavras que me vierem à boca, pois estou certo de que é justo o que eu digo, e nenhum de vós espera outra coisa”.

Entre as estratégias argumentativas anunciadas por esse segmento do texto 2, a mais importante é:

- (A) o argumento *ad hominem*, que ataca a pessoa em lugar de atacar a tese oposta;
- (B) a estratégia *ab absurdo*, que parte de uma hipótese absurda para provar a tese;
- (C) o processo de, em lugar de responder a uma pergunta, contestar o argumento oposto com outra pergunta;
- (D) o meio de dar credibilidade aos jurados através de elogios e criar credibilidade para as próprias declarações;
- (E) o caminho de apresentar a realidade de forma maniqueísta, ou seja, dividida entre dois grupos opostos.

**12**

O filósofo Platão disse que “O bom juiz não deve ser jovem, mas ancião, alguém que aprendeu tarde o que é a injustiça, sem tê-la sentido como experiência pessoal e ínsita em sua alma; mas por tê-la estudado, como uma qualidade alheia, nas almas alheias”.

Segundo esse pensamento, o bom juiz deve ter como qualidade para um bom julgamento:

- (A) a equidade;
- (B) o distanciamento;
- (C) o equilíbrio;
- (D) o subjetivismo;
- (E) a piedade.

**13**

O filósofo Platão disse que “O bom juiz não deve ser jovem, mas ancião, alguém que aprendeu tarde o que é a injustiça, sem tê-la sentido como experiência pessoal e ínsita em sua alma; mas por tê-la estudado, como uma qualidade alheia, nas almas alheias”.

Nesse pensamento de Platão aparece o adjetivo “ínsita”, que significa:

- (A) indescritível;
- (B) profunda;
- (C) inata;
- (D) imprecisa;
- (E) interminável.

**14**

O escritor italiano A. Manzoni declarou certa vez que “Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores”.

Nessa frase, o escritor fala do método indutivo, que se caracteriza por partir:

- (A) do geral para o particular;
- (B) do abstrato para o concreto;
- (C) do universal para o individual;
- (D) do todo para as partes;
- (E) do fato para a generalização.

15

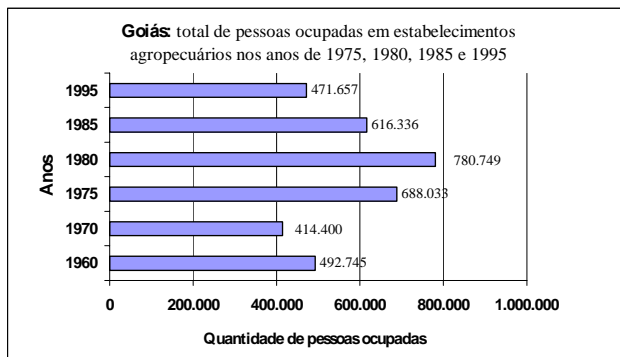
“Quando se julga por indução e sem o necessário conhecimento dos fatos, às vezes chega-se a ser injusto até mesmo com os malfeitores”.

O escritor Manzoni, nesse pensamento, condena a indução como processo do conhecimento porque ela:

- (A) não permite ver bem os fatos;
- (B) gera injustiça com os malfeitores;
- (C) produz desconhecimento da realidade;
- (D) conduz facilmente a erros;
- (E) leva o julgador a inserir-se emocionalmente.

## Geo-História de Goiás

16



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1975, 1980, 1985, 1995.

A redução do número total de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários em Goiás a partir da década de 1980 está associada à:

- (A) a decadência da atividade agrícola no período, em função da crise econômica que assolou todo o país na década de 1990;
- (B) expansão das atividades rurais baseada principalmente no turismo, que emprega pequena quantidade de mão de obra;
- (C) expansão da fronteira agrícola na região amazônica, que atraiu muitos migrantes oriundos de Goiás;
- (D) expansão do processo de modernização agrícola, que emprega menor quantidade de mão de obra;
- (E) substituição gradual das relações de trabalho baseadas no arrendamento pela utilização do sistema de parceria.

17

“Após cerca de 25 anos de espera, o trecho de 855 km da Ferrovia Norte-Sul, que liga Palmas (TO) a Anápolis, a 55 km de Goiânia, foi inaugurado na manhã desta quinta-feira (22)”. (www.g1.globo.com, 22/05/2014).

Quando estiver concluída, serão 3500 quilômetros de trilhos da Ferrovia Norte-Sul, que é um importante eixo ferroviário criado para:

- (A) ampliar as possibilidades de transporte de passageiros entre a Região Centro-Oeste e Sudeste;
- (B) facilitar a exportação da produção de etanol do Centro-Oeste para o exterior, através do porto de Recife;
- (C) ampliar a capacidade de escoamento dos automóveis produzidos em Goiás para os principais centros consumidores da região Norte do país;
- (D) promover a integração ferroviária entre as indústrias automobilísticas de Goiás e a região mineradora localizada no quadrilátero ferrífero em Minas Gerais;
- (E) reduzir o custo de transporte das mercadorias produzidas no Brasil, ampliando acesso e competitividade no mercado externo.

18

“ (...) territórios de mineração deveriam dedicar-se quase exclusivamente à produção de ouro, não desviando esforços na produção de outros bens que poderiam ser importados das demais capitanias.” (CHAIM, M. M. Sociedade Colonial. Goiás – 1749-1822. Goiânia: Secretaria de Cultura, 1987)

O fragmento do texto acima retrata a realidade da sociedade mineradora de Goiás durante o século XVIII. Em relação às consequências geradas pela produção aurífera em Goiás durante o período colonial, podemos destacar:

- (A) o desenvolvimento interno de Goiás que acabou gerando a modernização da região, através da criação de manufaturas visando o abastecimento das outras regiões do Brasil colonial;
- (B) o aumento da população da região, principalmente após a decadência da atividade mineradora, a partir da segunda metade do século XVIII;
- (C) a dificuldade no desenvolvimento da economia da região, em razão de o ouro extraído ter sido exportado para a Europa, sem promover o crescimento interno de Goiás;
- (D) o desenvolvimento de novas atividades, complementares à mineradora, em Goiás, como a produção de cana-de-açúcar em pequenas e médias propriedades, baseadas no trabalho escravo;
- (E) a longevidade da produção aurífera da região de Goiás, permitindo consolidação do comércio interno da província, sobretudo, com a intensa comercialização da mão de obra escrava.

19

A construção de Goiânia está inserida em um período de alterações na política nacional. O contexto histórico que envolveu o processo de construção da nova capital de Goiás estava inserido no momento político brasileiro:

- (A) da Era Vargas (1930/1945);
- (B) da República Velha (1889/1930);
- (C) do Regime Militar entre 1964 e 1985;
- (D) dos “Anos Dourados” do governo JK (1956/1960);
- (E) da Nova República com o Governo Sarney (1995/2000).

**20**

“O fenômeno climático El Niño, que deverá atingir o Brasil com intensidade fraca a moderada nos próximos meses, provavelmente favorecerá o desenvolvimento da nova safra de soja e milho no País (...). “O clima para essa safra 2014/15 está bastante favorável, tanto para o Centro-Oeste como o Sul, e também para o Sudeste, embora esta região tenha um foco em outras culturas (cana e café, por exemplo)”, disse o meteorologista Alexandre Nascimento, da Climatempo.” (Adaptado de “El Niño aquece soja”, disponível em <http://www.dm.com.br/texto/187954>, acesso em 21 de agosto de 2014).

A ocorrência do fenômeno El Niño provoca alterações nas características climáticas de Goiás. O tipo climático predominante na região e um exemplo de alteração provocada pela ocorrência do El Niño são, respectivamente:

- (A) tropical semiárido e ausência da estação seca;
- (B) tropical úmido e aumento da intensidade da radiação solar;
- (C) subtropical úmido e expansão da estação chuvosa;
- (D) tropical semiúmido e ocorrência de chuvas acima da média;
- (E) equatorial e estação seca prolongada.

## Legislação Complementar

**21**

É competente, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, para nomear, exonerar, demitir, aposentar, conceder licenças, colocar em disponibilidade e à disposição de outro poder, lotar os funcionários da Secretaria do Tribunal e praticar outros atos de administração relativos a serventuários e servidores do Poder Judiciário, o:

- (A) Presidente do Tribunal de Justiça;
- (B) Vice-Presidente do Tribunal de Justiça;
- (C) Corregedor-Geral da Justiça;
- (D) Presidente da Comissão Permanente de Regimento e Organização Judiciária;
- (E) Presidente da Comissão Permanente de Seleção e Treinamento.

**22**

A Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, instituindo a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020. Consoante dispõe a resolução citada, a execução de tal estratégia é de responsabilidade dos:

- (A) Conselheiros do CNJ;
- (B) Conselheiros do CNJ e Ministros do STF;
- (C) Conselheiros, Ministros e Magistrados de primeiro e segundo graus do Poder Judiciário;
- (D) Magistrados de primeiro e segundo graus, Conselheiros, Ministros e Serventuários do Poder Judiciário;
- (E) Magistrados de primeiro e segundo graus, Conselheiros, Ministros, Serventuários e Estagiários do Poder Judiciário.

**23**

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás, é exemplo de dever ou atribuição dos servidores da justiça em geral:

- (A) residir na área territorial do Estado de Goiás, podendo ausentar-se sem licença do seu superior, desde que suas funções fiquem afetas a funcionário do mesmo cargo;
- (B) tratar com urbanidade e atender com presteza as partes, bem como desempenhar com improbidade o seu ofício;
- (C) exercer fiscalização quanto ao pagamento de taxas devidas por atos judiciais que praticarem ou de que tiverem conhecimento, em razão do ofício;
- (D) negar autenticação de cópias e fotocópias de peças ou documentos originais que detiverem ou lhe forem apresentados em razão de seu ofício;
- (E) fornecer às partes ou a seus procuradores certidões ou informações que solicitarem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente de despacho do juiz.

**24**

Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Órgão Especial é:

- (A) composto pelos 15 (quinze) desembargadores mais antigos do Tribunal de Justiça;
- (B) competente para eleger e empossar o Presidente do Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral da Justiça;
- (C) competente para processar e julgar os juizes do primeiro grau e os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;
- (D) competente para determinar a disponibilidade e a aposentadoria de magistrado, em geral, e a remoção de juiz de direito, por interesse público, por voto de dois terços de seus integrantes, assegurada ampla defesa;
- (E) responsável por designar juiz de direito para Diretor do Fórum, nas comarcas com mais de uma vara, salvo para a da capital, onde este será o juiz-corregedor.

**25**

O servidor da justiça está sujeito às seguintes penas disciplinares, consoante dispõe o Código de Organização Judiciária do Estado de Goiás:

- (A) advertência, censura, repreensão, suspensão e demissão;
- (B) advertência, repreensão, multa, suspensão e exoneração;
- (C) censura, multa, suspensão, exoneração e demissão;
- (D) advertência, censura, multa, suspensão e demissão;
- (E) censura, multa, suspensão, cassação e exoneração.

## Conhecimentos específicos

26

No capítulo das funções essenciais à Justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- (A) o Ministério Público e a Defensoria Pública integram o Poder Judiciário e são instituições permanentes, essenciais à função jurisdicional do Estado;
- (B) incumbe à Defensoria Pública, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- (C) é função institucional do Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial;
- (D) é função institucional da Defensoria Pública promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- (E) os membros do Ministério Público dos Estados exercem a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

27

Joaquim é professor municipal ocupante de cargo efetivo e deseja prestar concurso público para ingressar em outro cargo público, desde que haja compatibilidade de horários, acumulando os dois cargos. Ao estudar o capítulo sobre Administração Pública na Constituição da República, Joaquim percebeu que, em seu caso:

- (A) não é possível a acumulação de cargos públicos, em razão de expressa vedação constitucional;
- (B) a única hipótese constitucional de acumulação é com outro cargo de professor;
- (C) poderá acumular com outro cargo de professor ou cargo técnico ou científico;
- (D) poderá acumular com outro cargo de professor ou cargo privativo de profissional de saúde;
- (E) poderá acumular com qualquer outro cargo público, respeitado o teto constitucional da remuneração.

28

Inserido no título de direitos e garantias fundamentais, o Art. 5º da Constituição da República trata dos direitos e deveres individuais e coletivos. Em matéria processual, tal norma estabelece que:

- (A) as provas obtidas por meios ilícitos são admissíveis, no processo, com escopo de prestigiar a verdade real;
- (B) a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa de uma das partes o exigir;
- (C) aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;
- (D) ninguém será considerado culpado até a prolação de sentença penal condenatória recorrível, proferida por juiz competente e observados o contraditório e ampla defesa;
- (E) o jurisdicionado poderá ser processado, mas não sentenciado senão pela autoridade judiciária competente.

29

Em tema de organização do Estado, a Constituição da República de 1988 estabelece que compete aos Municípios:

- (A) exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão;
- (B) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;
- (C) legislar sobre trânsito, transporte, responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- (D) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- (E) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

30

Sobre o Congresso Nacional, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- (A) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário;
- (B) cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de quatro anos;
- (C) a representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços;
- (D) cada Senador será eleito com um vice, que o substituirá nos casos previstos em lei;
- (E) salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por dois terços dos votos dos parlamentares.

31

A súmula vinculante foi introduzida no ordenamento jurídico pela chamada reforma do Judiciário (emenda constitucional nº 45/2004) e tem objetivo de garantir celeridade nos julgamentos e efetividade na aplicação das leis, buscando aplicação uniforme da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, a Constituição da República estabelece que a súmula vinculante:

- (A) será editada pelo Conselho Nacional de Justiça, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões do STF sobre matéria constitucional;
- (B) terá efeito vinculante somente em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, a partir da sua publicação na imprensa oficial;
- (C) sua aprovação, revisão ou cancelamento poderá ser provocada por qualquer cidadão no pleno gozo dos direitos políticos;
- (D) aplicável que for contrariada ou indevidamente aplicada por ato administrativo ou decisão judicial ensejará o ajuizamento de reclamação diretamente no Supremo Tribunal Federal;
- (E) terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas relacionadas ao conflito de competência, quando houver controvérsia entre órgãos judiciários.

**32**

Ao tratar dos temas concurso público e acesso a cargos públicos, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- (A) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (B) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- (C) constituem exceções à regra geral da exigência de concurso público, as nomeações para cargo em comissão e funções de confiança, ambos declarados em lei de livre nomeação e exoneração;
- (D) o prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da autoridade que preside a banca do concurso;
- (E) os cargos em comissão são exercidos exclusivamente por servidores não concursados, pois seu provimento ocorre por livre nomeação e exoneração, e destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**33**

De acordo com a moderna doutrina de direito administrativo, a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público é chamada de poder:

- (A) regulamentar;
- (B) hierárquico;
- (C) disciplinar;
- (D) de polícia;
- (E) de império.

**34**

Antônio, Presidente da Câmara Municipal, utilizou servidores públicos municipais lotados formalmente em seu gabinete para prestarem, de fato, serviços para fins particulares em sua fazenda, em Município do interior do Estado, no horário que seria de expediente. Após regular processo judicial, Antônio foi condenado por ato de improbidade administrativa, por violação a vários dispositivos da Lei 8.429/92, dentre eles por ter praticado ato que atentou frontalmente contra os princípios da administração pública da:

- (A) igualdade e publicidade;
- (B) impessoalidade e moralidade;
- (C) legalidade e motivação;
- (D) eficiência e publicidade;
- (E) moralidade e autotutela.

**35**

São entidades integrantes da Administração Indireta, com personalidade jurídica de direito público, criadas por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado, as:

- (A) fundações públicas;
- (B) empresas públicas;
- (C) autarquias;
- (D) sociedades de economia mista;
- (E) secretarias e ministérios.

**36**

Os atos administrativos são praticados por agentes dotados de parcela do Poder Público e, por isso, estão revestidos de certas características ou atributos que os tornam distintos dos atos de direito privado em geral. É exemplo de atributo do ato administrativo, a:

- (A) presunção de legitimidade, segundo a qual existe presunção absoluta de que o ato foi praticado em conformidade com a lei;
- (B) imperatividade, segundo a qual o ato administrativo se impõe à própria Administração Pública, incluindo seus agentes e excluindo terceiros particulares que não tenham expressamente concordado;
- (C) autoexecutoriedade, segundo a qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário;
- (D) autotutela, segundo a qual o ato administrativo se impõe de forma coercitiva à própria Administração Pública e a todos os administrados;
- (E) discricionariedade, segundo a qual todos os elementos do ato administrativo estão previstos em lei e o agente público não possui liberdade para aferir a oportunidade e conveniência na escolha do momento da prática do ato.

**37**

Maria é servidora pública e trabalha como merendeira na cozinha da Escola Municipal Letras e Artes. Por descuido, Maria deixou cair um objeto pontiagudo enquanto preparava o lanche dos alunos e o estudante João, de 7 anos, acabou o ingerindo junto com o sanduíche. João foi levado ao hospital, onde ficou internado por um mês. Em razão dos danos morais e materiais sofridos por João, caberá indenização baseada na responsabilidade civil:

- (A) objetiva da Maria, que responde pelos danos que causou a João, sendo imprescindível a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta e cabendo responsabilidade subsidiária do Município no caso de insolvência de Maria;
- (B) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo prescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra Maria nos casos de dolo ou culpa;
- (C) objetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do dolo ou culpa de Maria e assegurado o direito de regresso contra Maria nesses casos;
- (D) subjetiva da Maria, que responde pelos danos que causou a João, sendo prescindível a comprovação de dolo ou culpa em sua conduta e cabendo responsabilidade subsidiária do Município no caso de insolvência de Maria;
- (E) subjetiva do Município, que responde pelos danos que seu agente, nessa qualidade, causou a João, sendo imprescindível a análise do elemento subjetivo e assegurado o direito de regresso contra Maria nos casos de dolo ou culpa.

**38**

Uma das ideias partilhadas por alguns autores sobre o movimento de reforma administrativa é que estamos perante um fenómeno que resulta do processo de globalização e que haverá um processo de convergência dos vários sistemas administrativos (Osborne e Gaebler, 1993). Essa perspectiva fatalista assume que há soluções que podem ser aplicadas em qualquer país e que estas conduzirão ao aparecimento de sistemas que tenderão a partilhar características idênticas. Entretanto, a ideia de que a reforma da gestão pública é uma tendência global e uma inevitabilidade NÃO adere à realidade, já que:

- (A) os países escandinavos adotaram com rapidez e integralidade as prescrições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional;
- (B) as ideias da Nova Gestão Pública possuem caráter neutro;
- (C) as mudanças trazidas pela Nova Gestão Pública incluem expansão das estatizações;
- (D) os governos de vários países fazem uma abordagem seletiva das medidas que consideram úteis para sua administração pública;
- (E) a globalização é irreversível e tem trazido melhorias na qualidade de vida de grande parte das populações.

**39**

A Presidência da República ignorou os trabalhos de preparação do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011 desenvolvidos no âmbito do Ministério do Planejamento e lançou uma série de planos em paralelo, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa de Desenvolvimento da Educação e a Agenda Social (Paulo, 2010, p. 180). Constituiu-se em uma das razões para o possível descrédito do PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica:

- (A) a lógica dos programas e sua adequação de uso para ações rotineiras;
- (B) o nível de detalhamento inerente ao PPA;
- (C) a estratégia de gestão adotada, que desconsidera o monitoramento da execução orçamentária das ações;
- (D) a sinalização clara das prioridades do Governo;
- (E) a utilização de um enfoque adaptado para diferentes objetivos.

**40**

O modelo burocrático weberiano é um modelo organizacional que desfrutou notável disseminação nas administrações públicas durante o século XX em todo o mundo. O modelo burocrático é atribuído a Max Weber, porque o sociólogo alemão analisou e sintetizou suas principais características (Secchi, 2009, p. 350). Ao tratar do modelo burocrático weberiano, é possível afirmar que ele:

- (A) apoia-se na autoridade carismática como fonte de poder dentro das organizações;
- (B) valoriza remunerações diferenciadas para empregados que desempenham tarefas semelhantes;
- (C) utiliza a separação entre planejamento e execução das atividades no contexto organizacional;
- (D) volta seu foco às necessidades dos cidadãos para construção das políticas públicas;
- (E) alcança alto grau de personalismo e clientelismo devido às suas características teóricas.

**41**

Mesmo que os mecanismos utilizados pela Nova Gestão Pública (NGP) criem a base material para a proliferação de instrumentos de governança, existem diferenças conceituais entre os dois movimentos. A governança sustenta-se em bases ideológicas diferenciadas da NGP. A NGP sustenta-se pela ideologia neoliberal e busca a penetração das forças do mercado no setor público (Peci *et al*, 2008 p. 42). Enquanto isso, a governança:

- (A) sustenta-se na figura de um governo burocrático, fortemente dependente de hierarquias e de uma estrutura estatal robusta;
- (B) carrega a ideia de maleabilidade, podendo ser implementada gradativamente, em diversos contextos socioculturais, adaptando-se às suas características;
- (C) distingue as atribuições do governo e da iniciativa privada, não aceitando a participação de organizações do terceiro setor na administração pública federal;
- (D) utiliza uma vasta gama de instrumentos detalhados, que desestimulam a participação de outros atores para além do governo;
- (E) pressupõe a elaboração colaborativa de todas as etapas referentes à construção de políticas públicas.

**42**

O Plano Plurianual (PPA) 2000-2003 representou um marco para o planejamento em razão da criação do programa como unidade de gestão (Paulo, 2010, p. 178). A criação do programa como unidade de gestão:

- (A) deu materialidade ao plano de governo, expondo a pretensão de implantação das políticas frente à indisponibilidade fiscal;
- (B) disciplinou a utilização da avaliação de desempenho dos servidores ao longo de diversos anos;
- (C) estabeleceu uma linguagem diferente para cada instrumento de planejamento e orçamento;
- (D) organizou a ação governamental em função de problemas e/ou demandas identificadas na sociedade, com foco em resultados;
- (E) deu maior transparência ao orçamento, ao dissociar as despesas previstas a um objetivo definido de transformação na sociedade.

**43**

Alguns acadêmicos consideram a Governança Pública (GP) uma consequência do movimento da Administração Pública Gerencial (Secchi, 2009, p. 359). Dentre as características teóricas da GP está:

- (A) a verticalidade das relações entre atores públicos e privados na elaboração de políticas públicas;
- (B) a influência de diversos atores na construção das políticas públicas;
- (C) a maior hierarquia na solução de problemas públicos e sociais;
- (D) a diminuição dos mecanismos participativos de deliberação na esfera pública;
- (E) a valorização de critérios técnicos nos processos de decisão.



**44**

Os novos modelos da gestão pública compartilham características essenciais com o modelo tradicional burocrático e, portanto, não são modelos de ruptura. Também é argumentado que reformas da gestão pública transformam-se facilmente em políticas simbólicas, e que políticos e burocratas tentam manipular a percepção do público em relação ao desempenho dos governos. Não são raros os esforços de reforma da gestão pública que avançam mais em autopromoção e retórica do que em fatos concretos” (Secchi, 2009, p. 348).

É possível dar sustentação às críticas tecidas pelo autor à Nova Gestão Pública (NGP) quando percebe-se que:

- (A) a redução das desigualdades de renda é justamente um dos focos da NGP;
- (B) a satisfação com os serviços públicos não aumentou para grande parte da população;
- (C) o aumento dos quadros da administração pública nos anos subsequentes à NGP não ajudou a melhorar sua eficiência;
- (D) o Produto Interno Bruto é um indicador dissociado dos discursos governamentais referentes à melhoria de vida da população;
- (E) o governo Brasil não conseguiu aprovar alterações previdenciárias para os funcionários públicos após a reforma gerencial da administração pública.

**45**

Nas três últimas décadas assistiu-se a uma crítica generalizada ao funcionamento e desempenho da Administração Pública, argumentando-se que a Administração é uma estrutura gigante, ineficiente, ineficaz, apresenta custos elevados, é muito burocratizada, não é responsável, está sobrecarregada de regras excessivas, enfim é geralmente apresentada uma lista enorme de disfunções para a caracterizar. Foram várias as estratégias de reforma adotadas para mudar o funcionamento da Administração Pública, desde cortes orçamentais, venda de bens do Estado, privatização, contratação de serviços, introdução de medidas de desempenho, da gestão por resultados (Araújo, 2004, p. 1). As reformas conduzidas na Administração Pública brasileira, principalmente desde 1995, bem como seu modelo gestor, partem da convicção de que:

- (A) o liberalismo é nocivo para as relações intraorganizacionais;
- (B) a competição tem efeitos nefastos para o desenvolvimento do país;
- (C) a cooperação deve substituir a competição como valor organizacional a ser desenvolvido;
- (D) a gestão do setor privado é superior à gestão do setor público;
- (E) o desenvolvimento e o progresso são mitos que não levam qualidade de vida para a maior parte da população.

**46**

As prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) podem ser vistas como um contrato fixado entre o Poder Executivo e o cidadão. Nesse documento, o governo tem a possibilidade de indicar as metas a serem privilegiadas na execução do orçamento público e, assim, buscar alcançar a plataforma de governo prometida aos eleitores (Portugal *et al*, 2013, p. 4). O entendimento do autor é possível, já que cabe à LDO:

- (A) ajustar as ações de governo, previstas no Plano Plurianual (PPA), às reais possibilidades de caixa;
- (B) viabilizar a execução do plano de trabalho do exercício a que se refere;
- (C) estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública;
- (D) subsidiar as definições das metas e das prioridades da administração;
- (E) subsidiar as orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA).

**47**

“A partir de 1995, com o governo Fernando Henrique, surge uma nova oportunidade para a reforma do Estado em geral, e, em particular, do aparelho do Estado e do seu pessoal. Esta reforma terá como objetivos: a curto prazo, facilitar o ajuste fiscal, particularmente nos Estados e Municípios, onde existe um claro problema de excesso de quadros; a médio prazo, tornar mais eficiente e moderna a administração pública, voltando-a para o atendimento dos cidadãos” (Bresser Pereira, 1996, p. 17).

O texto do autor enseja uma possível contradição inerente à teoria da nova administração pública, que pode ser percebida ao analisar que esta buscava:

- (A) facilitar o ajuste fiscal, mas reduzindo a idade mínima para aposentadoria;
- (B) construir uma administração pública voltada para o atendimento dos cidadãos, mas reduzindo o número de funcionários públicos;
- (C) facilitar o ajuste fiscal, mas criando o incentivo financeiro por tempo de serviço (anuênio);
- (D) facilitar o ajuste fiscal, mas mantendo a aposentadoria integral independente do tempo de contribuição;
- (E) construir uma administração pública voltada para o atendimento dos cidadãos, mas mantendo a inexistência de um teto remuneratório para os servidores.

**48**

No cotidiano de instituições e organizações, como as escolas, há sempre modos informais de accountability, mas são os sistemas formais que têm vindo a ganhar importância. Um sistema formal de accountability consiste em mensurar e codificar padrões de resultados e prever determinadas consequências quando se atingem ou não esses resultados. Por isso, a informação é crescentemente quantitativa e os métodos de mensuração são padronizados. Esta maior formalização tem relações evidentes com a disseminação de uma nova gestão pública na qual a definição prévia de objetivos e a sua mensuração e quantificação são aspectos centrais (Afonso, 2009, p. 18). Entretanto, se pensarmos nas políticas públicas para a educação brasileira, existirão sérias dificuldades para a construção de um sistema completo e justo de accountability em seu bojo se:

- (A) a prestação de contas incluir todos os elementos que impactam o cotidiano escolar;
- (B) a avaliação incluir dados provenientes de testes adaptados para cada contexto;
- (C) os indicadores de desempenho forem construídos de maneira participativa;
- (D) a responsabilização estiver ligada a uma avaliação cuidadosa e participativa;
- (E) a qualidade incluir resultados quantificáveis sem englobar as demais variáveis que nela influem.

**49**

“A governança, enquanto um novo modelo de gestão pública, requer a concepção de estruturas e processos próprios, que se diferenciam, se é que isto é possível, de concepções tradicionais da gestão pública. A rede de governança modifica substancialmente as relações de poder entre o Estado e a sociedade” (Peci *et al*, 2008, p. 52). Assim, novos modelos de gestão da governança devem:

- (A) utilizar diagnósticos locais que levem em consideração a estruturação e a força de outros atores;
- (B) ser elaborados verticalmente pelos representantes da administração pública federal;
- (C) estimular a centralização e a padronização de diagnósticos;
- (D) contar com menor participação do setor privado e maior participação do terceiro setor;
- (E) contar com maior participação do setor privado e menor participação do terceiro setor.

**50**

A Constituição previu que a realização da despesa pública será precedida pela apreciação de três leis orçamentárias, das quais o Plano Plurianual (PPA) é a mais estratégica. O PPA foi concebido para ser um instrumento de planejamento estratégico na medida em que:

- (A) dispensa as metas e objetivos da Administração Pública Federal de aprovação pelo Congresso Nacional;
- (B) estabelece um acordo político para além do mandato presidencial, que vai orientar a formulação das leis orçamentárias e os planos setoriais e regionais;
- (C) dificulta a execução das políticas públicas por parte dos órgãos da Administração Pública Federal;
- (D) estabelece um prazo-limite de noventa dias para que todas as verbas sejam executadas por parte dos órgãos da Administração Pública Federal;
- (E) constrói um compromisso político entre os Poderes Executivo e Judiciário.

**Tema da redação:**

O apoio judiciário e administrativo envolve uma gama bastante diversa de atribuições e exige do profissional uma ampla qualificação; essa preparação, onde pode ela ser adquirida? É suficiente um curso superior na área de Direito ou Administração? O que mais se pode fazer para que o desempenho desse profissional seja satisfatório e, mais do que isso, eficiente?

Expresse sua opinião sobre a sua atividade, sugerindo caminhos para que a atividade mostre progresso e eficiência. Redija o que pensa sobre sua atividade em texto dissertativo-argumentativo, com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, expressando seu posicionamento apoiado em argumentos convincentes, em linguagem culta.

---

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

---

Realização

 **FGV PROJETOS**